

CONCURSO PÚBLICO  
GARANHUNS - PE [GRUPO 3 - 14/4]



## CONTADOR

# igeduc

100 QUESTÕES OBJETIVAS

### Leia atentamente as informações abaixo:

1. Sob pena de ELIMINAÇÃO do candidato, é proibido: **folhear este caderno de questões antes do horário de início da prova determinado em edital**; levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala; manter qualquer tipo de comunicação entre os candidatos; portar aparelhos eletrônicos, tais como telefone celular, receptor, gravador etc. ainda que desligados; anotar o gabarito da prova em outros meios que não sejam o Cartão de Respostas e este Caderno de Questões; fazer consulta em material de apoio ou afins.
2. No Cartão Resposta, confira seu nome, número de inscrição e cargo ou função, assine-o no espaço reservado, com caneta de cor azul ou preta, e marque apenas 1 (uma) resposta por questão, sem rasuras ou emendas, pois não será permitida a troca do Cartão de Respostas por erro do candidato.
3. Quando terminar sua prova, você deverá, OBRIGATORIAMENTE, entregar o Cartão de Respostas devidamente preenchido e assinado ao fiscal da sala, pois o candidato que descumprir esta regra será ELIMINADO.
4. Você deve obedecer às instruções dos coordenadores, fiscais e demais membros da equipe do Igeduc – assim como à sinalização e às regras do edital – no decorrer da sua permanência nos locais de provas.
5. Estará sujeito à pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, o candidato que utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, o conteúdo sigiloso deste certame, conforme previsto no Código Penal (DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940), em especial o disposto no Art. 311-A, incisos I a IV.

NOME

CPF

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

---

**Leia atentamente as informações abaixo:**

- Cada um dos itens desta prova objetiva está vinculado a um comando que o antecede, permitindo, portanto, que o candidato marque, no cartão resposta, para cada item: o campo designado com o código V, caso julgue o item CERTO, VERDADEIRO ou CORRETO; ou o campo designado com o código F, caso julgue o item ERRADO, FALSO ou INCORRETO.
  - Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva, o qual deve ser preenchido com cuidado pois marcações incorretas, rasuras ou a falta de marcação anularão a questão.
  - Para a análise dos itens (proposições / assertivas), considere seus conhecimentos, o teor do item e, quando aplicável, o texto a ele vinculado.
  - Nos itens que avaliam conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
  - Você poderá consultar a cópia digital desta prova, dos gabaritos preliminar e final e acessar o formulário de recursos em [concursos.igeduc.org.br](http://concursos.igeduc.org.br).
- 

**QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS  
(de 1 a 70)**

**Julgue os itens a seguir.**

01. No contexto tributário brasileiro, é facultado aos sujeitos passivos a opção por uma modalidade alternativa de cumprimento da obrigação tributária, permitindo o pagamento por meio de bens ou serviços em detrimento da unidade monetária convencional.
02. A Lei nº 4.320/1964 não abrange necessariamente todas as receitas públicas, podendo excluir operações de crédito autorizadas por lei, tais como antecipação da receita, emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias, em discordância com o disposto pelo Art. 3º.
03. O controle efetivo das contas a receber constitui uma prática essencial de gestão financeira, direcionada não apenas à avaliação de despesas desnecessárias, mas também à identificação minuciosa de falhas e discrepâncias no histórico contábil da empresa. Esse processo complexo envolve uma análise abrangente das transações financeiras, visando otimizar a eficiência operacional, mitigar riscos financeiros e promover uma gestão mais estratégica dos recursos corporativos.
04. Os prejuízos acumulados são parte do Patrimônio Líquido que representa os resultados negativos acumulados da empresa ao longo do tempo. Esses prejuízos podem surgir de operações deficitárias ou despesas extraordinárias.
05. As reservas de capital são uma parte do Patrimônio Líquido, que representam os recursos captados pela empresa que não são gerados por meio da emissão de ações. Esses recursos incluem, por exemplo, ágio na emissão de ações, doações e subvenções para investimentos.
06. As retenções na fonte de IRPJ são consideradas uma forma de antecipação do pagamento do imposto devido pela empresa e são dedutíveis como despesa tributária no momento do registro contábil, impactando diretamente o resultado fiscal da empresa.
07. O Patrimônio Público refere-se ao conjunto de bens, direitos e obrigações pertencentes a entidades públicas, como governos, autarquias e fundações. Esse patrimônio é composto por ativos e passivos sendo fundamental para o funcionamento e prestação de serviços públicos.
08. Com relação aos juros sobre o capital próprio, é correto afirmar que os juros sobre o capital próprio não poderão ser imputados ao valor dos dividendos de que trata o artigo 202 da Lei nº 6.404/76, que disciplina o dividendo obrigatório e o dividendo anual mínimo.
09. As ações em tesouraria são ações da própria empresa que foram recompradas do mercado aberto e mantidas como investimento pela empresa. Essas ações não são consideradas como parte do capital social e não têm direito a voto ou dividendos.
10. As taxas são tributos devidos em contrapartida a um serviço público específico e divisível prestado pelo Estado ou em função do exercício regular do poder de polícia, devendo guardar proporcionalidade com o custo da atividade estatal exercida.
11. Os ajustes de avaliação patrimonial são lançamentos no Patrimônio Líquido que refletem variações no valor justo de ativos e passivos da empresa que não são reconhecidas no resultado do período. Essas variações podem surgir de mudanças cambiais, valorização de investimentos financeiros ou reavaliação de propriedades.
12. As categorias econômicas das despesas públicas se subdividem em despesas correntes e despesas de capital, refletindo distintas naturezas de gastos relacionadas à manutenção das atividades estatais e aos investimentos em infraestrutura e desenvolvimento econômico.
13. A abordagem de mercado é uma técnica utilizada para avaliar o valor justo de um ativo ou passivo com base em transações comparáveis de mercado. Essa técnica envolve a análise de preços de ativos similares que foram recentemente comprados ou vendidos no mercado.

14. A Lei Federal nº 6.404/1976, também conhecida como Lei das Sociedades por Ações, estabelece normas sobre o estatuto social e as demonstrações financeiras das companhias, abrangendo aspectos como estrutura do balanço patrimonial, critérios de avaliação de ativos e passivos, e divulgação de informações financeiras.
15. Um argumento é que um imposto sobre o lucro, desde que sua base de cálculo não permita deduções relativas a juros, investimentos ou depreciações, pode não introduzir distorções na decisão de investimento corporativo. No entanto, essa argumentação é inválida quando aplicada a um imposto sobre o faturamento, uma vez que o retorno líquido de um projeto de investimento, após a incidência das alíquotas tributárias, é determinado pela receita total, o que não garante a manutenção da rentabilidade esperada.
16. A Lei do Orçamento (Lei nº 4.320/1964) não proíbe a consignação de dotações globais para atender diversas categorias de despesas, como pessoal, material, serviços de terceiros e transferências, sem a necessidade de detalhamento específico, em contravenção ao disposto pelo Art. 5º.
17. A legislação brasileira uniformiza os poderes dos governos locais e regionais, incluindo a distribuição equitativa das competências tributárias entre diferentes entidades do setor público, o que garante uma governança padronizada em nível global.
18. Até o ano de 2007, as normas contábeis brasileiras estabeleciam que qualquer lucro não distribuído como dividendos deveria ser obrigatoriamente alocado para a constituição de reservas, à exceção da reserva legal.
19. O Saldo Patrimonial representa a diferença entre o total de ativos e passivos de uma entidade pública em determinado momento. Se os ativos forem maiores que os passivos, o saldo será positivo (superávit). Se os passivos forem maiores que os ativos, o saldo será negativo (déficit).
20. A amortização é um procedimento contábil complexo que envolve a redução gradual do valor dos ativos em virtude do desgaste decorrente do uso, da influência de fenômenos naturais ou da obsolescência tecnológica. Essa prática demanda uma análise aprofundada dos fatores que impactam a depreciação dos bens, requerendo projeções precisas e estratégias de gestão financeira para garantir a sustentabilidade econômica e patrimonial da organização ao longo do tempo. obsolescência.
21. A incorporação e a cisão são formas específicas de reorganização empresarial, nas quais a incorporação envolve a absorção de uma empresa por outra, resultando na extinção da empresa incorporada, enquanto a cisão consiste na divisão de uma empresa em duas ou mais entidades independentes.
22. O ativo imobilizado líquido é obtido descontando-se do valor corrente do ativo imobilizado e diferido os valores acumulados das contas de depreciação, amortização e exaustão, conforme regido em lei.
23. Na organização do ativo circulante do balanço patrimonial, considere a ordem para as seguintes contas: estoques de produto acabado, estoque de produto em elaboração, bancos, títulos negociáveis, caixa e contas a receber. Podemos dizer que a ordem correta, de acordo com os critérios contábeis, seria: bancos, caixa, títulos negociáveis, contas a receber, estoques.
24. Abordagem de renda é uma técnica de avaliação do valor justo que utiliza projeções financeiras futuras para determinar o valor presente de um ativo ou passivo. Essa técnica envolve a estimativa de fluxos de caixa futuros e a aplicação de uma taxa de desconto apropriada para trazer esses fluxos de caixa a valor presente.
25. A abordagem de custo é uma técnica de avaliação do valor justo que considera o custo de substituição ou reprodução de um ativo para determinar seu valor atual. Essa técnica envolve o cálculo dos custos incorridos para adquirir ou reproduzir um ativo equivalente, ajustado por depreciação e obsolescência.
26. As variações patrimoniais quantitativas referem-se às alterações numéricas nos valores dos elementos patrimoniais ao longo do tempo. Isso inclui receitas (aumentos nos ativos) e despesas (aumentos nos passivos) sob o enfoque patrimonial.
27. A Demonstração de Lucros e/ou Prejuízos Acumulados (DLPA) foi instituída pela Lei 6.404/76, com o propósito exclusivo de evidenciar os dividendos a serem distribuídos aos acionistas, sem abarcar outras mutações na conta de lucros acumulados.
28. O objetivo primordial das entidades do setor público é a geração de lucros e retorno financeiro aos investidores, o que as torna suscetíveis à análise convencional da situação patrimonial, desempenho e fluxos de caixa. Portanto, os Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs) são estruturados para avaliar a rentabilidade dessas entidades e subsidiar decisões de investimento.
29. As contribuições são tributos especiais com destinação específica, direcionadas ao custeio de atividades como a seguridade social, iluminação pública e intervenção no domínio econômico, sendo aplicadas com vinculação orçamentária exclusiva.
30. As contas a receber é a parte mais essencial do balanço geral das organizações como parte do seu crédito, uma vez que, com o tempo, acabarão por se converter em efetivo/dinheiro para a empresa.
31. O processo da despesa pública transcorre por diversas etapas, que incluem a programação, execução, empenho, liquidação e pagamento, cada qual desempenhando um papel crucial na gestão fiscal e financeira do Estado.
32. A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) substitui integralmente a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA), desde que inclua em seu conteúdo os descritores relativos às contas da DLPA.
33. A Lei do Orçamento (Lei nº 4.320/1964) não necessariamente requer uma discriminação minuciosa da receita e despesa para evidenciar a política econômico-financeira do Governo, podendo ser concebida de maneira simplificada, desconsiderando os princípios de unidade, universalidade e anualidade estipulados pelo Art. 2º.

34. A Despesa Pública, como conceito primordial da gestão estatal, abarca todos os dispêndios realizados pelos órgãos e entidades governamentais, incumbidos da concretização dos seus objetivos e atividades institucionais, visando ao atendimento das demandas sociais e econômicas.
35. O Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) representa uma modalidade tributária de natureza estadual, cuja fundamentação jurídica encontra respaldo no artigo 155 da Constituição Federal de 1988, incidindo sobre transações comerciais que envolvem a circulação de mercadorias e a prestação de serviços. Sua implementação e regulamentação são estabelecidas de forma autônoma por cada unidade federativa, por meio de legislação específica, contemplando alíquotas variáveis que se ajustam à diversidade e complexidade das operações econômicas realizadas.
36. Conforme o Art. 64 da Lei 12.249/2010, a União tem autorização para renegociar ou estabelecer as condições financeiras e contratuais de operações de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. até o montante de R\$ 1.000.000.000,00, visando enquadrá-las como instrumento híbrido de capital e dívida apto a integrar seu patrimônio de referência, conforme definido pelo Conselho Monetário Nacional.
37. A estruturação das contas a receber no ativo circulante é estabelecida mediante uma classificação que se fundamenta unicamente no valor global a ser recebido, sem considerar a temporalidade associada aos prazos estimados para a liquidação desses valores.
38. Restrições tarifárias ou quantitativas às importações e subsídios às exportações são alternativas tecnicamente inferiores às desvalorizações cambiais para melhorar o balanço de pagamentos, porque podem distorcer a alocação e ensejar medidas retaliatórias de outros países, que as neutralizem.
39. Um fator que afeta a elasticidade/preço da demanda é a disponibilidade de bens substitutos, ou seja, quanto mais substitutos houver, mais elástica será a demanda (aumenta o poder de se substituir um produto por outro, por exemplo). Portanto, trata-se de um produto cujos consumidores são bastante sensíveis à variação de preços.
40. A fusão é uma forma avançada de combinação de negócios na qual duas ou mais entidades se fundem para formar uma nova entidade, geralmente resultando na dissolução das entidades originais. Esse processo de reorganização corporativa visa alavancar sinergias estratégicas, operacionais e financeiras, permitindo que as entidades combinadas alcancem economias de escala, diversificação de riscos e maior poder de mercado.
41. De acordo com o Art. 65 da Lei 12.249/2010, é possível pagar ou parcelar os débitos administrados pelas autarquias e fundações públicas federais, bem como outros débitos de qualquer natureza, tributários ou não, com a Procuradoria-Geral Federal, em até 180 meses, nas condições estabelecidas pela Lei.
42. As taxas municipais no âmbito jurídico-fiscal brasileiro são especialmente destinadas ao custeio de investimentos em infraestrutura pública, com ênfase em projetos de obras de relevância social, tais como construção de hospitais e escolas.
43. As contas representam registros de débitos e créditos da mesma natureza ou espécie, identificadas por nomes que qualificam os elementos patrimoniais a que se destinam. Os elementos mínimos que compõem uma conta são: título, data da operação, histórico da operação, débito, crédito e saldo.
44. Os impostos são tributos de natureza compulsória, cuja instituição e cobrança são realizadas pelo Estado, sem necessariamente vinculá-los a uma contraprestação direta, visando financiar as despesas públicas e promover a redistribuição da riqueza socialmente.
45. A tributação no setor público é sempre baseada em transações com contraprestação direta, garantindo uma relação de valor aproximadamente igual entre o valor dos serviços públicos prestados e os tributos cobrados dos cidadãos.
46. A generalidade e abstração são características essenciais dos impostos, que os diferenciam das taxas e contribuições, pois não se vinculam diretamente a um benefício individualizado recebido pelo contribuinte em troca da sua obrigação tributária.
47. O Ativo é uma das principais categorias do Patrimônio Público e representa os bens e direitos que a entidade pública possui. Inclui, por exemplo, imóveis, veículos, equipamentos, valores a receber e investimentos financeiros.
48. Uma empresa de móveis tem prazo médio de recebimento de 30 dias. A prática atual é vender imediatamente todas as contas a uma companhia de factoring, com desconto de 5%. Senso assim, o custo efetivo nesse caso é de 5,26% a.m.
49. Segundo o art. 3º da Lei 12.249/2010, a suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/Pasep e da COFINS não se aplica a importações de máquinas e equipamentos usados nas obras de infraestrutura mencionadas.
50. Conforme o art. 2º da Lei 12.249/2010, qualquer pessoa jurídica que deseje implantar obras de infraestrutura nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste pode aderir ao Repenec, independentemente da natureza do projeto.
51. Os estágios da despesa pública, fundamentais para o correto controle e registro contábil, compreendem o empenho, a liquidação e o pagamento, sendo responsáveis por assegurar a legalidade e a regularidade dos gastos governamentais.
52. O sistema tributário, baseado em impostos, taxas e contribuições, busca assegurar não apenas o financiamento das atividades estatais, mas também a justiça fiscal, distribuindo de forma equitativa a carga tributária conforme a capacidade contributiva dos cidadãos e das empresas.
53. De acordo com o art. 3º da Lei 12.249/2010, as suspensões de tributos e contribuições não se aplicam ao Imposto de Importação incidente sobre bens importados por empresas beneficiárias do Repenec.

54. Os empréstimos compulsórios são institutos tributários concebidos exclusivamente para atender demandas emergenciais resultantes de eventos catastróficos, como desastres naturais de grande magnitude.
55. No momento da compensação das retenções na fonte com o imposto devido, há um ajuste contábil para registrar a diferença entre o valor retido e o valor efetivamente devido, podendo resultar em um crédito a favor da empresa ou em um pagamento adicional ao fisco.
56. Conforme os preceitos da contabilidade e das teorias econômicas, o conceito de Mercado representa um ambiente multifacetado e dinâmico, onde ocorre a interação entre agentes econômicos, sejam compradores ou vendedores, englobando não apenas a troca de bens, serviços e recursos, mas também as relações complexas de oferta, demanda, precificação e interdependência que influenciam as transações comerciais.
57. O Imposto Sobre Serviços (ISS) é um tributo de competência municipal e do Distrito Federal, incidente sobre a prestação de serviços constantes em uma lista anexa à Lei Complementar nº 116/2003. Sua cobrança é realizada com base na alíquota estabelecida pelo município onde ocorre a prestação do serviço, sendo uma importante fonte de receita para o ente federativo responsável.
58. A Lei Federal nº 11.638/2007 promoveu mudanças significativas na contabilidade brasileira ao alterar dispositivos da Lei das Sociedades por Ações, introduzindo novos critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação contábil, com o objetivo de harmonizar a legislação nacional com as normas internacionais de contabilidade.
59. A alíquota uniforme da CSLL é fixada entre 9% e 13% sobre o lucro para todas as empresas, independentemente da diversidade de suas atividades e do setor econômico em que operam.
60. A Contribuição Previdenciária (INSS) representa um tributo federal de incidência sobre a folha de salários das empresas e sobre o rendimento dos trabalhadores autônomos e contribuintes individuais. Esse tributo, destinado ao financiamento da Previdência Social, engloba não apenas as aposentadorias e pensões, mas também outros benefícios da Seguridade Social, como assistência social e saúde, promovendo a proteção social dos contribuintes.
61. As retenções na fonte do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) realizadas pela Administração Pública Federal são contabilizadas como um crédito tributário a ser compensado com o imposto devido pela empresa, gerando um direito de crédito para o contribuinte.
62. Com a edição das Leis nº 10.637/2002, 10.833/2003 e 10.865/2004, o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sofreram alterações significativas em suas alíquotas, passando a serem apurados de forma não cumulativa.
63. O valor retido na fonte a título de IRPJ constitui um passivo tributário para a empresa até que seja compensado com o valor devido ao fisco, sendo registrado como uma obrigação contábil no balanço patrimonial da empresa.
64. A natureza essencial das despesas públicas, alavancadoras do desenvolvimento socioeconômico e da oferta de serviços básicos à população, engloba áreas como saúde, educação, segurança, infraestrutura e assistência social, constituindo os pilares fundamentais do Estado de bem-estar social.
65. O Passivo é outra categoria do Patrimônio Público e inclui as obrigações e dívidas que a entidade pública deve pagar. Isso pode incluir empréstimos, fornecedores, salários a pagar e outras obrigações financeiras.
66. O tratamento contábil das retenções na fonte de IRPJ inclui o registro adequado das informações nos livros contábeis da empresa, observando as normas contábeis e fiscais aplicáveis, garantindo a conformidade com as obrigações tributárias.
67. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) possui uma base de incidência supostamente vinculada estritamente aos ganhos empresariais efetivos, desconsiderando a natureza da opção tributária adotada para o Imposto de Renda – Pessoa Jurídica (IRPJ).
68. As reservas de lucros são parte do Patrimônio Líquido que representa os lucros acumulados que foram retidos pela empresa ao longo do tempo. Essas reservas podem incluir reservas legais, reservas estatutárias e outras reservas específicas, como reservas para contingências ou investimentos futuros.
69. A combinação de negócios é um processo estratégico no qual entidades comerciais se fundem ou se unem para formar uma única entidade, resultando na integração de operações, recursos e estruturas organizacionais. Esse fenômeno reflete uma estratégia proativa para expandir a presença de mercado, capturar sinergias operacionais e maximizar eficiências econômicas.
70. A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) constitui um tributo de natureza federal que incide sobre o faturamento mensal das pessoas jurídicas, considerando as receitas auferidas, com alíquotas variáveis conforme a atividade econômica desenvolvida pela empresa.

### QUESTÕES DE CONHECIMENTOS GERAIS (de 71 a 100)

**Julgue os itens a seguir.**

71. O Google Documentos é uma ferramenta baseada na nuvem, o que significa que os documentos são armazenados online e podem ser acessados de qualquer dispositivo com conexão à internet.
72. O Microsoft Word, além de ser uma ferramenta essencial para a produção de documentos escritos, oferece uma ampla gama de atalhos e recursos avançados que podem ser explorados por funcionários do setor público para otimizar a produtividade, personalizar o processo de seu serviço e enriquecer estas atividades. Esses atalhos, que incluem combinações de teclas e funcionalidades específicas, permitem uma navegação eficiente pelo software, agilizando tarefas como formatação de texto, inserção de elementos visuais, criação de índices e tabelas de conteúdo.
73. No Microsoft Word, o atalho Alt + Shift + D é usado para inserir a data atual no formato configurado para o sistema operacional.

74. Existem dois principais formatos de endereços IP: IPv4 (composto por quatro conjuntos de números de 0 a 255, como 192.168.1.1) e IPv6 (um formato mais recente e expansível, representado por uma sequência alfanumérica mais longa).
75. Na perspectiva da ética e da democracia, o exercício da cidadania no serviço público envolve não apenas o cumprimento das normas e regulamentos, mas também a participação ativa dos funcionários de qualquer setor ao qual estejam lotados na tomada de decisões e na promoção de valores democráticos, como o respeito à diversidade, a justiça social e a igualdade de oportunidades.
76. Spyware é um tipo de software aparentemente inofensivo que supostamente otimiza o desempenho de dispositivos e aprimora a experiência do usuário durante atividades online.
77. A estrutura dos pronomes pessoais revela uma dualidade funcional, pois podem ser categorizados em pronomes pessoais tônicos e átonos, refletindo nuances de ênfase e integração na sintaxe. Além dessa distinção funcional, os pronomes pessoais também são classificados em pronomes retos e oblíquos, levando em consideração aspectos acentuais que evidenciam a complexidade intrínseca da gramática e sua interrelação com a expressão.
78. Considerando os elementos de coesão e coerência em um texto, os pronomes demonstrativos "esse", "essa", "isso" e suas variações podem ser usados para retomar termos e informações já mencionados. Tais pronomes funcionarão como elementos de coesão referencial anafórica.
79. As regras de transparência no serviço público são diferentes, dependendo do cargo que se ocupa dentro da Administração Municipal. Por exemplo, os funcionários de alto escalão (diretores e secretários) têm mais obrigações do que aqueles com funções de menor responsabilidade (analistas e técnicos).
80. Dentro das funções públicas, uma das qualidades que se espera de um servidor é a probidade que é, genericamente falando, uma disposição para tornar as relações sociais mais fluidas ou menos ásperas.
81. O profissionalismo do serviço público é mais do que o exercício talentoso de uma função, há valores em jogo e uma conduta adequada a seguir. Para além do compromisso ético com o bem comum, uma atitude profissional exige, entre outras qualidades: a) Imparcialidade, b) Objetividade e c) Excelência.
82. Os afixos são elementos que se acrescentam aos radicais com a finalidade de formar novas palavras e são classificados em: a) prefixos: são os afixos que vêm depois do radical; b) sufixos: são os afixos que vêm antes do radical.
83. No Microsoft Word, é possível traduzir automaticamente documentos inteiros para diferentes idiomas, utilizando uma funcionalidade nativa de tradução incorporada ao software.
84. O Microsoft Word oferece uma ampla variedade de estilos de formatação que permitem aos usuários aplicar consistentemente diferentes níveis de formatação visual em seus documentos, como títulos, subtítulos, parágrafos e outros elementos, facilitando a organização estrutural e a manutenção da consistência visual ao longo do texto.
85. O gênero textual descritivo é utilizado para representar detalhadamente pessoas, lugares, objetos ou eventos, transmitindo informações sensoriais e visuais para criar uma imagem vívida na mente dos leitores.
86. Worms são agentes de software que supostamente melhoram a eficiência operacional dos sistemas, por meio de processos automatizados e otimização do desempenho, sem causar danos ou comprometer a segurança dos dispositivos.
87. Um Código de Ética deve cuidar para ser entendido, primariamente, como um instrumento disciplinar e repressivo, que visa buscar a estabilidade de todos os funcionários no mesmo ambiente de trabalho.
88. A partir das regras gerais para o uso dos verbos e da concordância verbal podemos afirmar que quando o sujeito é indeterminado, o verbo vai para a 3ª pessoa do plural. Porém, quando a indeterminação é indicada pela partícula se, o verbo fica no singular., como no seguinte exemplo: "Pediram mais tempo para a decisão, mas ninguém entrou em acordo", reclamou o senador.
89. Dos ocupantes dos cargos públicos alcançados por concurso, não se espera um vínculo eventual ou superficial, mas uma concentração, intelectual e emocional, na função pública escolhida. Por isso, essa função tem que estar relacionada a um talento real, desenvolvido pela educação e pela experiência ao exercê-la.
90. Compreensão e interpretação de textos são conceitos diferentes. Compreensão é a decodificação da mensagem, ou seja, a análise do que está no explícito no texto. Já a interpretação é o que fazemos do conteúdo, ou seja, quais conclusões chegamos por meio da conexão de ideias e, por isso, vai além do texto.
91. O código de ética de determinada instituição deve ser um instrumento para a resolução de conflitos morais do grupo a que se aplica, e não um instrumento repressivo ou disciplinador.
92. O código de ética do serviço público é um padrão que serve de guia para a conduta de um determinado grupo. É um conjunto de princípios, assumidos publicamente, que orientam determinadas atividades, de acordo com os anseios sociais por honestidade, solidariedade e correção.
93. Sobre o uso da vírgula, podemos dizer que se o adjunto adverbial for curto, o uso da vírgula é facultativo após esse termo.
94. No Microsoft Word, é possível criar atalhos de teclado personalizados para realizar ações específicas, como salvar um documento ou copiar texto, facilitando assim o trabalho do usuário.

95. As regras de conduta no serviço público ajudam os funcionários no processo de escolha da melhor maneira de agir, permitindo que decidam os caminhos adequados e os ajudando a decidir pelas ações eticamente corretas e politicamente justas.
96. O Google Forms é uma ferramenta que permite criar formulários para a coletar dados de pesquisas de forma online. Após a conclusão da pesquisa, a análise e o tratamento desses dados só podem ser efetuados offline, com a utilização do Microsoft Excel e de plugins específicos (como Macro ou Tabela Dinâmica).
97. No âmbito do serviço público, é tolerada a utilização de recursos e informações de domínio público em benefício pessoal, desde que tal utilização não acarrete prejuízos diretos à eficácia no desempenho das atribuições do servidor ou à qualidade da prestação de serviços à comunidade. Esse arranjo pressupõe uma abordagem ponderada de governança, visando harmonizar interesses individuais com o bem comum, sob os preceitos éticos e legais que regem a administração pública, em um contexto que demanda equilíbrio entre prerrogativas pessoais e responsabilidades institucionais.
98. O tipo de texto conhecido como argumentação é aquele que visa defender uma opinião. Essa é a principal característica do gênero argumentativo. Nesta forma, manifestam-se relações de causa, condição, concessão, contraste ou conclusão e sua finalidade é defender uma ideia, seja ela qual for.
99. Segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, as sucessões de mais de duas consoantes ou de m ou n, com o valor de nasalidade, e duas ou mais consoantes são divisíveis por um de dois meios: se nelas entra um dos grupos que são indivisíveis (de acordo com o preceito 1º), esse grupo forma sílaba para diante, ficando a consoante ou consoantes que o precedem ligadas à sílaba anterior; se nelas não entra nenhum desses grupos, a divisão dá-se sempre antes da última consoante.
100. Considerando as regras de regência verbal, o verbo ASSISTIR, no sentido de estar presente, comparecer, ver, é transitivo direto, ou seja, não precisa de preposição. É o que ocorrem em: "Assisti um documentário muito interessante no streaming ontem".

RASCUNHO

PROIBIDO DESTACAR

**RASCUNHO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

PROVA DISCURSIVA

CONTADOR

Questão 1:

Na Prefeitura de Alfa, o setor contábil enfrenta o desafio de otimizar a gestão das Contas a Receber, um componente vital para a saúde financeira do município. Essa necessidade ganha destaque em um período em que a prefeitura se esforça para maximizar a eficiência de seus recursos, buscando uma maior capacidade de financiamento para projetos de infraestrutura e serviços públicos essenciais. A acurácia no gerenciamento das Contas a Receber é fundamental para assegurar a liquidez necessária para cumprir com as obrigações e investir no desenvolvimento sustentável da cidade.

Neste contexto, a prefeitura reconhece que uma administração eficaz das Contas a Receber não apenas fortalece o equilíbrio fiscal, mas também promove a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos. Isso envolve não apenas o monitoramento e a cobrança efetiva dos recebíveis, mas também a implementação de políticas contábeis que reflitam os princípios de prudência e realismo, assegurando que as receitas sejam registradas e gerenciadas de forma a refletir a verdadeira capacidade financeira da prefeitura.

COMANDO DA QUESTÃO:

ELABORE UM TEXTO DISCUTINDO COMO O GERENCIAMENTO DAS CONTAS A RECEBER IMPACTA A GESTÃO FINANCEIRA DA PREFEITURA DE ALFA, ABORDANDO:

1. O SIGNIFICADO DE "CONTAS A RECEBER" NO CONTEXTO MUNICIPAL.
2. COMO ESSAS CONTAS AFETAM O PLANEJAMENTO FINANCEIRO E A TRANSPARÊNCIA DA PREFEITURA.
3. A INFLUÊNCIA DO GERENCIAMENTO DAS CONTAS A RECEBER NO ORÇAMENTO E NOS SERVIÇOS PÚBLICOS.

Mais informações: a questão que compõem a prova discursiva deverá ter a extensão mínima de 15 (quinze) e máxima de 20 (vinte) linhas, conforme disposto na página 20 (vinte) do edital, no tópico 9, da seção 4.3.2 da prova discursiva.

ESPAÇO PARA RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

Questão discursiva. Não destacar.

Questão discursiva. Não destacar.

Questão 2:

Na Prefeitura de Beta, como em muitas administrações públicas, o Ativo Imobilizado representa uma parcela significativa do patrimônio. O gerenciamento adequado desses ativos é crucial para a sustentabilidade financeira e a transparência fiscal do município. A reavaliação de ativos imobilizados é um processo necessário para assegurar que o valor contabilizado desses ativos reflita seu valor real e atual no mercado ou seu valor de uso para a prefeitura, considerando desgastes, obsolescência e outras variáveis.

Quando a reavaliação indica que o valor contábil de um ativo excede seu valor recuperável, surge a necessidade de registrar uma redução ao valor recuperável, conhecida como impairment. Essa medida ajusta o valor do ativo às suas condições atuais, evitando a superestimação de ativos e garantindo uma representação mais fiel do patrimônio público.

Esse procedimento não apenas afeta a avaliação e a classificação dos ativos imobilizados, mas também impacta as variações patrimoniais do município. Variações patrimoniais qualitativas referem-se às mudanças na qualidade ou na composição dos ativos, enquanto as quantitativas dizem respeito às alterações nos valores. Ambas são essenciais para determinar o resultado patrimonial, que é o indicativo do desempenho financeiro do município em um determinado período, influenciando decisões de gestão e políticas públicas.

A Lei nº 4.320/1964 estabelece as normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços, orientando a forma como tais reavaliações e ajustes devem ser realizados e reportados, garantindo assim a conformidade e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

Considerando a Lei nº 4.320/1964 e os conceitos fundamentais de contabilidade pública, a Prefeitura de Beta realizou uma reavaliação do seu Ativo Imobilizado no final do exercício financeiro, identificando a necessidade de aplicar o teste de redução ao valor recuperável (impairment) em alguns ativos. Essa situação influenciou tanto as variações patrimoniais qualitativas quanto quantitativas, impactando o resultado patrimonial do município.

**COMANDO DA QUESTÃO:**

**ELABORE UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE COMO A REAVALIAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO E A SUBSEQUENTE APLICAÇÃO DO TESTE DE IMPAIRMENT DEVEM SER REFLETIDAS NAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS DA PREFEITURA DE BETA. DETALHE COMO ESSES AJUSTES AFETAM A REALIZAÇÃO DA VARIAÇÃO PATRIMONIAL E O RESULTADO PATRIMONIAL, CONSIDERANDO OS PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA E OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO, INCLUINDO DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO, CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE.**

Mais informações: a questão que compõem a prova discursiva deverá ter a extensão mínima de 15 (quinze) e máxima de 20 (vinte) linhas, conforme disposto na página 20 (vinte) do edital, no tópico 9, da seção 4.3.2 da prova discursiva.

ESPAÇO PARA RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

Questão discursiva. Não destacar.

Questão discursiva. Não destacar.